



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

## TERRITÓRIOS DE VIDA, CORPOS EM LUTA: SABERES COMPARTILHADOS ENTRE MULHERES

Mercedes Solá Pérez

Julia Carballo Dominguez de Almeida

Juliane Teixeira

### INTRODUÇÃO

As comunidades tradicionais pesqueiras da Lagoa dos Patos (RS) vêm desenvolvendo processos de fortalecimento territorial que culminaram na elaboração de um protocolo de consulta prévia, livre e informada, respaldado pela Convenção 169 da OIT. Com isso, definiram como desejam ser consultadas sempre que houver intervenções em seus territórios, seja em terra ou na água — inclusive no caso de pesquisas acadêmicas. Considerando esse protocolo, um grupo de pesquisadoras — composto por mulheres que estão iniciando diferentes projetos — decidiu se reunir para construir uma proposta coletiva. Assim, peitando os passos do protocolo, o intuito é consultar as mulheres da comunidade da Ilha da Torotama (RS) sobre a realização de pesquisas de caráter participativo e militante. Essa iniciativa também visa fortalecer o trabalho colaborativo entre mulheres pesquisadoras — algumas delas pescadoras ou filhas de pescadoras e pescadores — e as próprias mulheres das comunidades pesqueiras.

Costa (2024) destaca que a Ilha da Torotama, situada na Lagoa dos Patos (RS), é historicamente marcada pela pesca artesanal, embora haja poucos estudos aprofundados sobre sua formação social. A autora recupera referências anteriores que descrevem a Ilha como um território tradicional de famílias imigrantes e pescadoras, cuja economia se organiza principalmente em torno da pesca do camarão e da corvina, complementada pelo seguro defeso. Sua localização estratégica entre diversas comunidades pesqueiras transforma a Ilha em ponto de passagem para abastecimento e venda de pescado durante as safras.

A autora também evidencia a importância das instituições comunitárias para a vida local. Costa (2024) observa que a escola da Ilha, hoje formada majoritariamente por filhas e filhos da



comunidade pesqueira, reforça o vínculo dos moradores e moradoras com a educação e com suas tradições. Nesse contexto, a autora retoma iniciativas como o Projeto Educação para Pescadores, responsável por ampliar o acesso à escolarização de jovens e adultos no território. Assim também ocorre com os clubes de futebol, o carnaval, reconhecido como Patrimônio Imaterial, e as práticas religiosas que compõem elementos fundamentais da identidade coletiva, nos quais as mulheres pescadoras atuam de forma ativa e central.

Este trabalho apresenta um esboço inicial desse projeto coletivo, que será levado para diálogo, num primeiro momento, com as mulheres pescadoras da Ilha da Torotama (Rio Grande, RS), para que o grupo que está em processo de formação possa analisá-lo, propor modificações e decidir sobre sua aprovação. A proposta busca reunir e articular as pesquisas conduzidas por mulheres, de forma que estejam alinhadas com as demandas e interesses das mulheres das comunidades tradicionais pesqueiras, especialmente aquelas trazidas pelas pescadoras que integram o grupo inicial. Ao compartilhar o esboço com as pescadoras, abrimos espaço para que elas proponham alterações, adaptações e contribuições que tornem o projeto mais representativo e acolhedor para todas as envolvidas. Ao apresentar o projeto durante o evento acolhemos também propostas das pessoas que integraram o grupo de trabalho 04 - Mulheres, feminismos e gênero no campo.

Para isso, organizamos o texto em três partes: a primeira trata do esboço da proposta a ser trabalhado junto com as mulheres para realização da consulta seguindo o protocolo realizado pelas comunidades tradicionais pesqueiras. A segunda busca identificar a perspectiva teórico-metodológica na qual nós estamos nos baseando. E a terceira apresenta as reflexões iniciais em torno do processo que estamos trilhando. De alguma forma, assim como iremos modificar e validar a proposta com as mulheres pescadoras, buscamos aprender e aprofundar nas propostas teórico-metodológicas e colocar elas em questão também no âmbito científico.

As pesquisas vinculadas à extensão que estamos iniciando são tanto de iniciação científica como de mestrado e doutorado e não exclusivamente na Geografia, mas em áreas vinculadas, como a Educação Ambiental. Também insere-se desde o início, na proposta, uma pescadora que não realiza pesquisas de maneira sistemática, mas trabalha com políticas públicas e nos dá os caminhos mais apropriados para estar juntas com as mulheres das comunidades tradicionais pesqueiras. Ao trabalharmos juntas consideramos que podemos ir nos acompanhando, aprendendo umas com as outras e procurando transformar a realidade.



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-SONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

## METODOLOGIA

A metodologia deste texto tem como técnica a revisão de bibliografia, tanto para elaboração do esboço a ser apresentado na consulta às mulheres das comunidades tradicionais pesqueiras; como para o desenvolvimento dos aspectos teórico-metodológicos. Entre os caminhos metodológicos considerados para o trabalho com as mulheres das comunidades tradicionais pesqueiras pautamos que o corpo-território pode ser uma possibilidade ímpar. Isto porque, além de ser uma proposta dos movimentos feministas latino-americanos, permite identificar a relação intrínseca entre o corpo, como primeiro território, com o território-comunidade e território-terra. Assim, é possível sistematizar as agressões que repercutem nesse primeiro território - o corpo - e compreender a importância de defender o território-comunidade e território-terra, pois fazemos parte dele (Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo, 2017).

A proposta às mulheres, por ser pautada na pesquisa militante, busca estabelecer laços de confiança, relações horizontais de reconhecimento de todos os saberes, incluir todas as demandas e transformar a realidade. Nesse sentido, as atividades serão com formato de rodas de oficinas nas quais haja possibilidade de, além de tecer conversas profícuas, enriquecer-nos mutuamente fazendo juntas algumas dinâmicas corporais e sistematização através de diferentes linguagens. Gravação de vídeos, criação de peças baseadas no teatro do oprimido, sessão fotográfica, dança, confecção de materiais, são algumas das estratégias a serem utilizadas.

A nossa proposta vai além de buscar a aprovação do esboço inicial: queremos que as comunidades tradicionais pesqueiras possam modificar o que for necessário e incluir suas próprias demandas, dentro das possibilidades do grupo, para que o projeto não seja apenas da universidade, mas verdadeiramente coletivo — ou seja, nosso. Conforme orienta o protocolo estabelecido pelas comunidades, após o início do projeto, será necessário encaminhar um cronograma que inclua a apresentação de resultados parciais e finais em reuniões com as organizações de pesca artesanal. Além disso, sempre que surgirem dúvidas sobre os objetivos, métodos ou resultados, as pesquisadoras se comprometerão a dialogar com essas organizações. Ao final do projeto, uma cópia dos materiais produzidos deverá ser entregue e apresentada em reunião presencial com as



comunidades. Caso haja divulgação pública dos resultados, essa comunicação deve respeitar a linguagem e as formas acessíveis às comunidades tradicionais pesqueiras.

Com a aprovação do projeto, propomos iniciar as atividades com a confecção das bonecas abayomi e uma dinâmica de integração que valorize o saber de todas, reforçando que todas somos sujeitas capazes de ensinar e aprender — sem hierarquias entre acadêmicas, pescadoras e acadêmicas pescadoras. Adotaremos a perspectiva teórico-metodológica do corpo-território, começando com uma consigna ampla, para que cada mulher se sinta à vontade para expressar suas experiências. Inspiradas no Coletivo *Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo* (2017), propomos a seguinte cartografia corporal: "Desenhe seu corpo como se fosse seu território para relatar o que está acontecendo com ele e com o seu território" (Colectivo, 2017, p. 34). A partir desse primeiro momento, seguiremos com oficinas que articulem os temas trazidos pelas mulheres com as demandas das pesquisas, promovendo espaços de escuta, cuidado mútuo e construção coletiva.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

As temáticas que propomos trabalhar com as mulheres pescadoras das comunidades tradicionais pesqueiras são: eventos extremos decorrentes da crise climática; construção de comunidade, práticas de cuidado e a vida como centro; conhecimentos tradicionais da pesca artesanal e fortalecimento político a partir de processos de autorreconhecimento coletivo.

Em relação aos eventos extremos, o grupo de mulheres será a base para a compreensão dos impactos dos fenômenos sobre as comunidades e as formas de organização das pescadoras, mais vulnerabilizadas tanto na forma econômica, como estrutural e familiar. Já que o impacto é sentido especialmente entre comunidades cujas atividades produtivas se encontram em maior vulnerabilidade econômica e social. Segundo Wobetto (2024), os eventos extremos como tempestades e secas criam um ciclo de falta de soberania e insegurança alimentar e nutricional, afetando aqueles e aquelas que dependem diretamente da agricultura familiar camponesa para viver.

Esse cenário é intensificado pela falta de planejamento ambiental adequado, como evidenciado pela resposta insuficiente aos eventos extremos de seca no Rio Grande do Sul durante



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-FONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

os anos de 2021 e 2022; o super El Niño de 2023 e as enchentes de maio de 2024, que resultou em inundações e perdas materiais significativas na região da bacia da Lagoa dos Patos. A crise climática, portanto, expõe não apenas a necessidade de políticas públicas robustas e integradas que contemplem a realidade socioambiental, mas também a importância de ações que garantam dignidade social e soberania alimentar para os grupos mais vulnerabilizados, principalmente para as pescadoras artesanais, que durante esses eventos são impactadas ao mesmo tempo que continuam sendo responsáveis pelas suas casas, filhas e filhos e alimento.

Este contraste, de alta vulnerabilidade e escassa responsabilização governamental, evidencia a dimensão da injustiça ambiental e climática. Em outras palavras, as comunidades pesqueiras artesanais sofrem os custos da crise climática sem ter contribuído para sua gênese devido à sua relação diferenciada com a natureza. Tal desigualdade demanda uma abordagem ética e política que reconheça as assimetrias estruturais no acesso a recursos, poder decisório e meios de adaptação, justamente o que se busca com a adoção de um recorte de gênero e justiça no estudo proposto.

Para tratar sobre o cuidado abordamos o conceito a partir das feministas negras, comunitárias e decoloniais, mas fundamentalmente buscamos praticá-lo. Nobre (2024) faz um breve histórico deste conceito e ressalta que os aspectos do cuidado devem ser a partir de três perspectivas: cuidar de si, cuidar dx outrx e cuidar do mundo. Por sua vez, bell hooks (2021) entende que o cuidado é uma das dimensões do amor, junto com o compromisso, a confiança, a responsabilidade, o respeito e o conhecimento. É a partir destes fundamentos que trabalharemos essa prática política com as mulheres das comunidades tradicionais pesqueiras buscando especialmente incentivar a que a ética do cuidado seja compreendida como uma corresponsabilidade social. Isso está relacionado com a construção de comunidade entre as mulheres pesquisadoras e pescadoras e das mulheres pescadoras com as comunidades tradicionais pesqueiras às quais pertencem. Zibechi (2015), por exemplo, indica que comunidade não é, se faz em torno do trabalho em comum e do diálogo em assembleias e no compartilhamento de conhecimentos.

Para falar sobre conhecimentos tradicionais, partiremos de questionamentos acerca do conceito trazido por Silvia Baptista (2024) que é o que se entende como conhecimento tradicional? Segundo a autora, adjetivar o conhecimento é submetê-lo a uma hierarquia que favorece o saber dito neutro e universal. O saber tradicional, para além de ser local, oral e contextualizado, é místico e envolve o conhecimento das ervas, das benzeduras, dos ventos, etc; é um saber incorporado, que



pertence a esses corpos-territórios e que historicamente, são de competência das mulheres não só na prática desses conhecimentos, mas na transmissão desses saberes.

A valorização desses conhecimentos é urgente, pois entendemos que é valorizando que se propicia a sua manutenção. Ao longo dos séculos, o colonialismo vem violentando e explorando os modos de vida e os saberes das comunidades tradicionais, porém, esses saberes resistem. A defesa desses conhecimentos não apenas contribui para a saúde, a soberania alimentar e a manutenção de cultura, mas também expressa o poder desses povos na luta por terra e território (Baptista, 2024).

Para pensar essas ideias gerais apresentadas, o grupo de pesquisadoras já realizou alguns encontros (Figuras 1 e 2) para confraternizar, trocar experiências e discutir as respectivas pesquisas coletivamente e pensar o primeiro esboço, a partir das discussões teórico-metodológicas conforme este texto e um roteiro inicial para os encontros. Importante destacar que é uma sugestão inicial, totalmente aberta à modificações e validação pelas mulheres da Ilha da Torotama. As propostas foram sistematizadas pelo grupo em uma cartolina (Figura 3). Os encontros buscam articular elementos corporais, artísticos, sensoriais, territoriais e de discussão em uma troca de aprendizagens, inclusive utilizando práticas da educação popular. A princípio, foram pensadas atividades para 7 encontros diferentes, considerando uma frequência de um encontro mensal, de aproximadamente 2 ou 3 horas, a depender da dinâmica das mulheres da comunidade. Esta frequência é considerando que não haja mais uma sobrecarga das mulheres e também pelo histórico de encontros que o Grupo das Mulheres da Ilha da Torotama, vinha tendo em um projeto anterior (Costa, 2023).

Figura 1: Registro do primeiro encontro do grupo das autoras



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS



Fonte: Própria das autoras, 2025

Figura 2: Construção das propostas de oficinas



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-SONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS



Fonte: Própria das autoras, 2025

O primeiro encontro depois da proposta validada pelo grupo, prevê um momento inicial que consiste em uma atividade denominada dançar o nome. Isto é, representar através de uma forma de se apresentar corporalmente que, ao mesmo tempo, gera acolhimento e descontração. Logo, junto com a já citada confecção da abayomi se propõe uma dinâmica na qual cada mulher compartilha algo que sabe e algo que gostaria de aprender. Assim, junto com a compreensão de que cada uma tem o que ensinar e está aberta a aprender, essa dinâmica consiste em uma forma de identificar possíveis assuntos e debates a serem incluídos na programação dos encontros de acordo com as vontades delas. Em relação à construção de bonecas Abayomi, a sua origem remete às viagens compulsórias das mulheres negras de África para o Brasil. As mães em busca de entreter as crianças, contavam histórias de seus antepassados enquanto faziam pequenas bonecas a partir de pedaços de tecidos de suas saias, que posteriormente acompanhavam as crianças na separação da



chegada ao porto em território brasileiro. Com isso, as bonecas Abayomi passaram a representar afetividade, resistência e identidade sociocultural, muito utilizadas na dinâmica de oficinas (Borsetto e Aragão, 2020).

No segundo encontro, será abordado o conceito de corpo-território, articulando-o ao que já foi discutido anteriormente e compreendendo-o como uma estratégia fundamental para reconhecer e sistematizar as agressões que incidem sobre o primeiro território — o corpo — e que, por consequência, repercutem no território-comunidade. Conforme propõe o Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo (2017), entender o corpo como território implica reconhecer que ele é o primeiro espaço de pertença, experiência e disputa, e que sua defesa está diretamente vinculada à proteção e ao fortalecimento do território coletivo. Dessa forma, busca-se estimular uma compreensão ampliada das mulheres enquanto sujeitos que produzem, integram e transformam os espaços que habitam.

Para potencializar esse processo reflexivo a partir de outras linguagens, será realizada uma dinâmica de reconhecimento sensorial, explorando estímulos como toque, cheiro, som e movimentos, de modo a promover uma reconexão consciente com o próprio corpo e com as percepções que o atravessam. Esse exercício será acompanhado da seleção de uma música que favoreça a imersão sensorial e que contribua para a criação de um ambiente propício à identificação entre corpo, memória e território. Assim, o encontro pretende fortalecer a percepção das mulheres sobre si mesmas como parte constitutiva do território e ampliar as possibilidades de expressão, cuidado e resistência a partir de seus corpos.

O terceiro encontro, já pensando que os encontros anteriores geraram uma aproximação do grupo das pesquisadoras com as mulheres da comunidade, foram pensadas dinâmicas que expressem seus sentimentos e tensões acerca de seus territórios. A dinâmica inicial seria a partir da metodologia da “Dança das Emoções” que integra dimensões práticas e teóricas, articulando discussões sobre expressão corporal, criação coletiva de coreografias, exercícios de improvisação e momentos de reflexão sobre as emoções mobilizadas durante as atividades. Essa abordagem privilegia o aprendizado colaborativo e valoriza o protagonismo dos sujeitos ao utilizar a dança como ferramenta pedagógica para o autoconhecimento e o desenvolvimento da inteligência emocional. Além disso, favorece a ampliação de habilidades socioemocionais, como empatia, cooperação e escuta sensível, potencializando a construção de vínculos e o fortalecimento das relações no grupo. Logo, faremos uma conversa sobre as percepções das mulheres pescadoras sobre



as mudanças no ambiente e sobre justiça climática, especialmente considerando que as comunidades tradicionais pesqueiras são as mais afetadas pela crise climática, porém, são as que menos a provocam. Borges *et al.* (2025) aponta que as comunidades mais pobres e marginalizadas no mundo, muitas vezes aquelas que dependem de atividades tradicionalmente sustentáveis, de baixa escala e de recursos naturais, correspondem a uma parcela ínfima das emissões globais de GEE (Gases de Efeito Estufa), embora sofram de forma desproporcional às suas consequências. É importante que essas mulheres tomem consciência de que são protetoras da natureza e não as degradadoras. Para finalizar, pelo encontro ter tocado em assuntos sensíveis pelo histórico da comunidade com a crise climática, foi pensado um momento de relaxamento para finalizar de forma mais calma, trazendo um momento de acolhimento.

No quarto encontro, será realizada a construção de uma cartografia social denominada “cartografia das territorialidades”, fundamentada na concepção de territorialidades proposta por Haesbaert (2007), que compreende o território não apenas como uma base material, mas como um espaço permeado por dimensões simbólicas, culturais e afetivas. A atividade busca reconhecer que as mulheres pescadoras produzem e significam seus territórios por meio de práticas cotidianas, relações de pertencimento e formas de resistência que atravessam suas experiências de trabalho, cuidado e vida comunitária. Assim, o mapeamento será desenvolvido de maneira participativa, permitindo que as próprias mulheres identifiquem e representem pontos relevantes de seus percursos e vivências, como lugares de memória, áreas de conflito, espaços de sociabilidade, trajetos de pesca, locais de cuidado e referências centrais de sua identidade coletiva. Dessa forma, a cartografia não se limita a registrar elementos geográficos, mas se constitui como um instrumento político e metodológico para visibilizar territorialidades historicamente invisibilizadas e afirmar o papel das pescadoras na produção e manutenção do território tradicional. É também uma forma de coesionar a comunidade e dela sistematizar seus modos de vida.

Para o quinto encontro, o objetivo é trabalhar sobre as estratégias que as comunidades têm desenvolvido frente à crise climática. Iniciaremos com a proposta de evidenciar e sistematizar as vozes, experiências e percepções das pescadoras artesanais sobre as transformações ambientais observadas no território, especialmente aquelas decorrentes das mudanças climáticas, do aumento da frequência e intensidade de eventos extremos e da insuficiência de políticas públicas eficazes. A adoção de uma escuta qualificada visa identificar como tais fenômenos ambientais afetam de maneira diferenciada grupos sociais, com ênfase na análise das desigualdades de gênero. Nesse



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-FONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

sentido, busca-se compreender de que forma as comunidades tradicionais pesqueiras elaboram estratégias locais de enfrentamento e adaptação diante das mudanças climáticas, contribuindo para o campo da justiça ambiental. Assim como no encontro anterior, pensamos uma dinâmica que traga um momento de descontração após um assunto delicado, com isso, se pensou numa dinâmica de expressão corporal, chamado “voz, canto e movimento”.

No sexto encontro, será desenvolvida a construção de uma “árvore da vida”, metodologia de narrativa coletiva fundamentada nos princípios da terapia narrativa e amplamente utilizada em contextos de cuidado. Originalmente criada para apoiar crianças e jovens que vivenciaram situações de trauma, perda ou desestabilização, como enchentes, deslocamentos forçados ou rupturas familiares, essa abordagem utiliza o desenho de uma árvore como metáfora da trajetória de vida. Cada uma de suas partes (raízes, tronco, galhos, folhas, frutos e sementes) representa dimensões fundamentais da experiência humana: as origens e ancestrais, os valores que sustentam a existência, as habilidades construídas ao longo do tempo, os sonhos projetados para o futuro, as pessoas significativas que acompanham o caminho e as contribuições que cada sujeito oferece ao seu entorno (Denborough, 2016).

A elaboração da árvore favorece o processo de construção de uma “segunda história”, ou seja, uma narrativa alternativa que valoriza capacidades, resistências e esperanças, antes de abordar diretamente as dificuldades vividas. Ao deslocar o foco da dor para a potência, a metodologia cria um território seguro de expressão, em que as participantes podem reconhecer suas identidades, reafirmar vínculos e ressignificar experiências marcadas por adversidades. Por ocorrer de forma coletiva, a atividade também permite que o grupo reconheça elementos comuns de sua história e fortaleça sentidos compartilhados de pertencimento e solidariedade.

Na adaptação para o contexto das mulheres pescadoras, a “árvore da vida” será utilizada para evidenciar suas trajetórias individuais e comunitárias, considerando a relação profunda que mantêm com o território, com a atividade produtiva da pesca e com os modos de vida tradicionais. Busca-se, assim, identificar memórias, práticas, aprendizados, desafios e expectativas futuras, reconhecendo a centralidade das mulheres na manutenção da vida no território pesqueiro. A atividade pretende, portanto, fortalecer a autoestima, visibilizar saberes e ampliar a compreensão de cada participante como sujeito ativo na construção e continuidade de sua comunidade.

Por fim, o sétimo e último encontro projetado inicialmente tem como objetivo debater temas relacionados ao acesso à saúde de povos e comunidades tradicionais. Será apresentada e discutida a



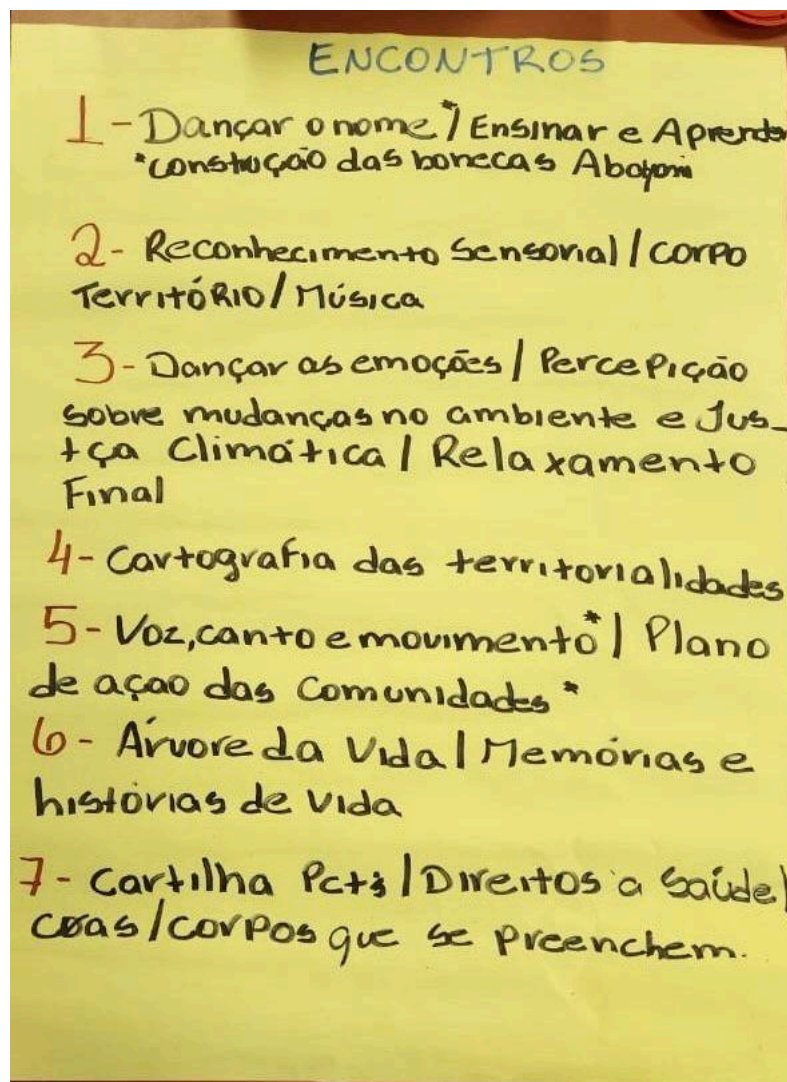
cartilha “Guia de diretrizes para a atenção integral à saúde das populações do campo, floresta e águas (CFA) e povos e comunidades tradicionais (PCTs)”, desenvolvida pelo Ministério da Saúde em 2022. Esta cartilha tem como objetivo orientar e sensibilizar profissionais da saúde sobre as especificidades em saúde das populações do campo, floresta e águas e povos e comunidades tradicionais (PCTs), a fim de promover a equidade, a universalidade e a integralidade à saúde, respeitando a diversidade cultural, social e religiosa dessas populações. A partir do guia, serão discutidos os direitos da comunidade ao acesso à saúde, principalmente relacionados à saúde da mulher. Também serão apresentados as principais funções do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), que por vezes não são conhecidas pelas comunidades. Por fim, será realizada a dinâmica “O corpo que se preenche” que diz respeito aos processos pelos quais sujeitos, especialmente mulheres, povos tradicionais e grupos historicamente marginalizados, recuperam, ampliam e afirmam suas presenças no mundo. Preencher o corpo, nesse sentido, não é apenas ocupá-lo biologicamente, mas retomá-lo como espaço de potência, desejo, memória e decisão. É um movimento que rompe com a ideia de corpo vazio, submisso ou disponível para ser regulado por normas externas; ao contrário, trata-se de um corpo que se enraíza, que se reconhece e que se autoriza a existir de forma plena.

Esses corpos que se preenchem, quando se encontram coletivamente, geram dinâmicas de ocupação dos espaços, não apenas físicos, mas também simbólicos, institucionais e políticos. Ocupar espaços não é só estar neles, mas transformá-los por meio da presença ativa. Isso inclui ocupar a rua, a comunidade, os territórios tradicionais, mas também ocupar a palavra, os debates públicos, as decisões sobre políticas e criar conjuntamente mecanismos de cuidado. Cada corpo que se fortalece amplia a possibilidade de um território também fortalecido; e cada território que resiste devolve aos corpos a força de permanecer vivos, expressivos e legítimos.

Nesse contexto, emerge a discussão sobre a autonomia e o que queremos do Estado. Não se trata de depender integralmente do Estado nem de rejeitá-lo, mas de redefinir a relação: o Estado não é o lugar de tutela, e sim uma instituição que deve ser tensionada, provocada e moldada pelas demandas dos corpos-territórios que compõem a sociedade. Queremos do Estado aquilo que fortalece nossa existência coletiva, direitos, reconhecimento, políticas construídas com participação efetiva, e não o que controla, limita ou captura as formas de vida das comunidades tradicionais pesqueiras. A autonomia reside justamente em elaborar critérios próprios do que é necessário, justo e desejável, para então disputar essas pautas no campo público.



Figura 3: Sistematização dos encontros e oficinas com o grupo de pescadoras da Ilha da Torotama/RS



Fonte: Própria das autoras. 2025



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por se tratar de uma proposta ainda em fase inicial, não é possível apresentar conclusões definitivas neste momento. Entretanto, é possível delinear algumas expectativas analíticas e políticas que orientam o desenvolvimento do conjunto das pesquisas. Pretendemos fomentar a construção de uma rede colaborativa entre mulheres que pescam e mulheres que pesquisam, reconhecendo que tais encontros configuram espaços de produção de conhecimento situados, comprometidos com práticas acadêmicas não extrativistas. A proposta busca afastar-se de abordagens tradicionais que historicamente instrumentalizam comunidades tradicionais como meras “fontes de dados”, e aproxima-se de perspectivas de pesquisa-participante, onde o cuidado, a escuta ativa e o reconhecimento dos saberes locais constituem princípios éticos fundamentais.

Nesse contexto, compreendemos que cada mulher carrega modos próprios de interpretar e habitar o ambiente, moldados por trajetórias de vida, responsabilidades de gênero e relações comunitárias específicas. Esses saberes, frequentemente invisibilizados nos diagnósticos ambientais e nas políticas públicas, são igualmente legítimos e essenciais para compreender como se vivencia, cotidianamente, a crise climática. As pesquisas propõem, portanto, promover um diálogo horizontal que permita articular conhecimentos técnico-científicos e conhecimentos tradicionais, contribuindo para transformar a realidade compartilhada. Em relação aos eventos extremos com ou apesar deles, por exemplo, as mulheres pescadoras têm convivido com a natureza e têm estratégias que são fundamentais de serem contempladas pelo poder público no sentido dessa convivência com a realidade das águas e dos territórios de vida dessas comunidades.

A incorporação dessa perspectiva torna-se ainda mais relevante quando se reconhece que as comunidades tradicionais pesqueiras representam um dos grupos mais afetados pelos impactos da mudança climática, embora tenham ínfima responsabilidade histórica na produção de gases de efeito estufa. Essa assimetria, já discutida na literatura internacional é caracterizada como um marcador de injustiça climática, evidencia a urgência de abordagens que articulem equidade socioambiental, reconhecimento de saberes locais e fortalecimento da autonomia das comunidades. Ao inserir um recorte de gênero nessa análise, o estudo busca evidenciar como as mulheres



pescadoras experimentam e respondem a esses impactos de forma diferenciada, assumindo papéis centrais nas estratégias comunitárias de adaptação — ainda que permaneçam sub-representadas em instâncias decisórias.

A etapa final do trabalho, dedicada à sistematização das principais conclusões e à reflexão sobre sua aplicabilidade, constitui uma das mais relevantes. Nela, pretendemos discutir os resultados à luz dos conceitos de vulnerabilidade climática, justiça ambiental e epistemologias feministas, articulando as narrativas produzidas nas rodas de conversa com análises espaciais e socioambientais realizadas ao longo da pesquisa. Essa fase incluirá ainda a proposição de um plano de ação elaborado com e para as comunidades, visando não apenas subsidiar políticas públicas territorializadas, mas também fortalecer capacidades locais de adaptação climática.

Por fim, abre-se espaço para a indicação de lacunas e a formulação de novas perguntas de pesquisa, uma vez que o campo da pesca artesanal, das relações de gênero e da justiça climática ainda carece de investigações aprofundadas e interdisciplinares. Espera-se que o estudo contribua para ampliar o debate e fortalecer redes de pesquisa comprometidas com metodologias éticas, participativas e transformadoras.

As atividades permanentes de expressão corporal e diálogos em torno dos cuidados a partir da corresponsabilização, do trabalho coletivo e dos diálogos permanentes são fundamentais no sentido de construir comunidade. Por sua vez, o trabalho de sistematização e reconhecimento dos saberes tradicionais busca propiciar esse fortalecimento das próprias mulheres como protagonistas da elaboração e manutenção desses conhecimentos e perpetuação da comunidade tradicional pesqueira da Ilha da Torotama. Essas, consideramos, são questões fundamentais para a transformação da realidade no cotidiano dessas mulheres tanto na comunidade como em outros espaços.

**Palavras-chave:** Comunidades Tradicionais Pesqueiras; Corpo-Território; Extensão; Cuidado; Conhecimentos Tradicionais.

## REFERÊNCIAS

BAPTISTA, S. Conhecimentos Tradicionais. In: PORTO-GONÇALVES, C.W; et al **Dicionário de ecologia política**. Rio de Janeiro: Consequência, 2024.



BORGES, R.; NASCIMENTO, V. C. G.; JIMENEZ, É. K. A.; BARBOZA, R. S. L.; NEVES, F. M. Mudanças Climáticas e Resiliência Socioecológica: percepções de comunidades tradicionais em reservas extrativistas marinhas brasileiras. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, Goiás, v. 14, n. 2, p. 150-167, jun. 2025.

COLECTIVO Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo. **Mapeando el cuerpo-territorio**. Guía metodológica para mujeres que defienden sus territorios. Quito, 2017.

COSTA, R. B. **PESCADORAS ARTESANAIS DA ILHA DA TOROTAMA, RIO GRANDE-RS**: a autoidentificação das sujeitas e a luta por visibilidade no território pesqueiro. 2024. 171 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2024.

HOOKS, B. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo, Elefante, 2021.

NOBRE, M. Cuidados. In: PORTO-GONÇALVES, C.W; et al. **Dicionário de ecologia política**. Rio de Janeiro: Consequência, 2024.

WOBETTO, S. **Dossiê Mudanças Climáticas**: segurança alimentar em xeque. Segurança alimentar em xeque. 2024. Disponível em: <https://www.ufsm.br/midias/arco/seguranca-alimentar-em-xeque>. Acesso em: 05 ago. 2025

BORSETTO, E. A.; ARAGÃO, I. R. Reflexões acerca da boneca Abayomi enquanto objeto de resistência, identidade e educação. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA DA UFS, 3., 2020, São Cristóvão, SE. **Anais [...]**. São Cristóvão, SE: PPGS/UFS, 2020.

DENBOROUGH, D. Atendendo crianças que vivenciaram traumas: a árvore da vida. **Nova Perspectiva Sistêmica**, 20(39). Recuperado de <https://revistanps.emnuvens.com.br/nps/article/view/192>, 2016.

HAESBAERT, R. **Território e multiterritorialidade**: um debate. **GEOgrafia**, ano IX, n. 17, p. 19- 45, jun. 2007.